

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA DE ITAJAÍ/SC.

SCHEYLA DA CONCEIÇÃO ARRUDA SILVA, brasileira, casada, do lar, portadora da carteira de identidade nº 3.721.301-6, inscrita no CPF/MF sob o nº 037.213.739-36, residente e domiciliada na rua Leonardo Teto, 208, apartamento 103 – bairro Fazenda – CEP: 88306-140 em Itajaí/SC, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, por seu procurador jurídico, para propor:

**AÇÃO ORDINÁRIA C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA
para fornecimento de remédios não inseridos na RENAME, contra**

MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, com sede na com sede na Rua Alberto Werner, Bairro Vila Operária nesta cidade de Itajaí (SC), devidamente representado pelo **Prefeito Municipal** em sua ausência, por seu **Procurador Geral do Município**,

ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, com sede a rua Saldanha Marinho, 189, Edifício Guilherme – Florianópolis/SC, aduzindo para tanto e ao final requerendo o que segue:

**PRELIMINARMENTE
DA JUSTIÇA GRATUITA**

Com fulcro no artigo 4º e seguintes da Lei 1.060/50, apresenta a autora pedido de assistência judiciária gratuita, haja vista que a atual situação econômica não lhe permite suportar as custas de um processo judicial bem como honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio e da família, invocando para tanto o direito que lhe é permitido, declarando sua insuficiência de recursos.

A autora não exerce função remunerada, devido a sua doença, seu esposo é auxiliar de protética, percebendo a importância líquida de R\$ 1.982,94, conforme faz prova pelo recibo de pagamento de salário anexo.

Assim, requer os benefícios da justiça gratuita, por não ter condições de suportar as custas processuais e advocatícios sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

DOS FATOS:

A autora conforme faz prova pela declaração médica anexa, foi diagnosticada com artrite psoriásica (CID M07) e psoríase pustulosa palmo plantar (L40).

Na declaração médica a Dra Luciana Fornari – reumatologista – inscrita no CRM 10165/SC, RQE 6767, responsável pelo tratamento da autora, respondendo os quesitos apresentados pelo MM Juiz nas ações de medicamentos e esclarece:

- a) Quais as características e sintomas da patologia que acomete a paciente?

R: a doença causa dores articulares importantes nas mãos, punhos e joelhos da paciente, levando a dificuldade de realização das atividades da vida diária e trabalho. Apresenta formação de bolhas, hiperemia e descamação cutânea nas palmas das mãos e plantas dos pés. As lesões são pruriginosas e dolorosas. A vida social da paciente também PE prejudicada pelo aspecto das lesões.

- b) O tratamento indicado pode ser caracterizado como eletivo ou de urgência/emergência? Qual o tempo máximo de espera para sua realização? Qual o risco, caso não seja tratado da forma prescrita?

R: O tratamento pode ser caracterizado como eletivo, pois não ameaça a vida. Sugiro prazo de até 3 meses para iniciar tratamento, pois a artrite psoriásica, se não tratada corretamente, pode levar a deformidades articulares irreversíveis.

- c) O tratamento indicado está de acordo com os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde?

R: O tratamento indicado está aprovado pela ANVISA para psoríase cutânea.

- d) O tratamento indicado pode ser substituído pelas demais alternativas fornecidas pelo Sistema Único de Saúde? Na hipótese de possibilidade de substituição, qual a alternativa médica indicada?

R: Não

- e) Os tratamentos disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde ou demais Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde são ineficazes ou impróprios ao quadro clínico apresentado pelo paciente? Por quê?

R: Os tratamentos fornecidos pelos SUS foram ineficazes. Usamos metotrexato, sulfassalazina, ciclosporina e adalimumabe.

f) Os medicamentos indicados podem ser substituídos pelos medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde ou por de menor custo? Na hipótese de possibilidade de substituição, qual a indicação, posologia e modo de administração?

R: **Não**

g) Na hipótese de o medicamento indicado ser composto pela associação fixa de dois ou mais princípios ativos, é possível a sua substituição pelo conjunto formado por dois ou mais medicamentos fornecidos pelo SUS, cada qual com um dos respectivos fármacos? Sendo possível, indicar a posologia e o modo de administração.

R: **Não de aplica**

h) Qual o tempo de utilização dos medicamentos indicados ou tratando-se de uso contínuo ou por tempo indeterminado, qual o prazo ou periodicidade indicada para reavaliação de sua prescrição?

R: **O tratamento é indicado por período indeterminado. Sugiro revisão a cada 2 anos.**

i) Os medicamentos possuem registro na ANVISA?

R: **Sim.**

Conforme atestado médico os fármacos fornecidos pelo SUS não produziram eficácia para a autora, sendo que a mesma necessita do seguinte medicamento:

Stelara 45mg – aplicar uma amp SC a cada 12 semanas

A Secretaria de Saúde Municipal, gestora do Sistema Único de Saúde no município forneceu a autora medicamentos disponibilizados pelo SUS, porém conforme atestado médico anexo esses fármacos não tiveram eficácia, e no caso é necessário o medicamento descrito pela médica sob pena de agravamento do quadro clínico da autora.

Sem ter condições financeiras para arcar com o custo do medicamento, uma vez que conforme orçamento de menor valor anexo o custo do medicamento é de R\$ 14.147,50 (quatorze mil cento e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

DA TUTELA ANTECIPADA

No presente caso, a requerente para se ver socorrida e garantir o direito à saúde, não tem outra opção senão buscar a proteção através da **TUTELA ANTECIPADA**, com base legal no artigo 273, inciso I do Código de Processo Civil para que os Requeridos forneçam a Requerente com **EXTREMA URGÊNCIA** o medicamento prescrito pelo médico do SUS que lhe assiste e deve lhe fornecer toda atenção, senão vejamos:

“Art. 273”. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

I-Haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação;

A Lei maior que é Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 196, assim preceitua:

“A saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Igualmente a Constituição do Estado de Santa Catarina, em seu artigo 153, inciso II, estabelece que é dever do Estado e direito de todos a “informação sobre o risco da doença e morte, bem como a promoção e recuperação da saúde” ; este mesmo diploma legal reza que cabe ao Estado “fornecer, de forma gratuita, medicamentos excepcionais para pessoas que não puderem prover as despesas com os referidos medicamentos, sem privar-se dos recursos indispensáveis ao próprio sustento e de sua família”.

No âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS - o Estado está obrigado a “organizar, controlar e fiscalizar a produção e distribuição dos insumos farmacêuticos, medicamentos correlatos, imunobiológicos e químicos essenciais às ações de saúde”.

O artigo 24, IV da Lei nº 8.666/93, prevê ao ente público a dispensa do certame licitatório para o atendimento em caso de emergência, quando caracterizada a urgência necessária ao atendimento. Caso não ocorra a urgência requisitada venha prejuízo à vida da pessoa, que neste caso é evidente.

De acordo com a jurisprudência, a vida é o “bem maior” e está acima de qualquer interesse financeiro, que é secundário. Neste sentido vejamos:

“Entre proteger a inviolabilidade do direito à vida, que se qualifica como direito subjetivo inalienável assegurado pela própria Constituição da República (art. 5º, caput), ou fazer prevalecer, contra essa prerrogativa fundamental, um interesse financeiro e secundário do Estado – uma vez configurado esse dilema – razões de ordem ético-jurídica impõem ao julgador uma só e possível opção: o respeito indeclinável à vida”. (STJ, Min. Celso Mello).

“Sendo a saúde direito e dever do Estado (CF, art. 196, CE, art. 153), torna-se o cidadão credor desse benefício, ainda que não haja serviço oficial ou particular no país para o tratamento reclamado. A existência de previsão orçamentária própria é irrelevante, não servindo tal pretexto como escusa, uma vez que o executivo poder socorrer-se de créditos adicionais”.

“à vida, dom maior, não tem preço, mesmo para uma sociedade que perdeu o sentido de solidariedade, num mundo marcado pelo egoísmo, hedonista e insensível. Contudo, o reconhecimento do direito à sua manutenção (...) não tem balizamento caritativo, posto que carrega em si mesmo, o selo da legitimidade constitucional e está ancorado em legislação obediente àquele comando”. (Apelação Cível nº 98.002096-4, da Capital, Relator. Des. Pedro Manoel de Abreu).

DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO

O Município de Itajaí (SC), através do CONVÊNIO que compõe o Sistema Único de Saúde – SUS - é o responsável direto pela gestão dos recursos federais disponíveis e pelo atendimento primário as ações de saúde e da política de medicamentos. Assim, vincula-se através

Rua: Laguna, 242 - esq. com a Rua Camboriú | Sala 801 e 802 | Espaço Empresarial | Fazenda | CEP 88.301-460 | Itajaí -

Fone: 47 3348.4583 | 3046-3583 | 3046-6766

e-mail: escritorio@juliodonatoadvogados.com.br

www.juliodonatoadvogados.com.br

do convênio, a obrigatoriedade em colaborar com a cessão de recursos humanos e estrutura para atender aos seus municípios.

Quanto ao perigo da irreversibilidade da medida, comenta o ilustre Doutrinador Fantoni Júnior:

“O perigo da irreversibilidade não pode servir de desculpa ou pretexto para que o juiz se acomode diante da situação concreta submetida a sua apreciação, o que traduziria uma postura inteiramente descompromissada com os princípios constitucionais do direito à adequada tutela jurisdicional e do acesso à ordem jurídica justa.”

No presente caso está caracterizado o **FUMUS BONI IURIS** e o **PERRICULUM IN MORA**. O primeiro pela fundamentação jurídica que garante o direito da requerente em obter dos Requeridos o tratamento integral à sua saúde, uma vez que comprovada a sua doença. Segundo, pela urgência do tratamento indicado que não pode esperar até o julgamento final do processo, pois que, até a decisão final poderia mostrar-se ineficiente e colocaria em risco a vida da requerente.

DO PEDIDO

Do que foi exposto, REQUER-SE:

A procedência da presente ação, com a condenação do Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina a fornecer os seguintes medicamentos de uso contínuo, sob pena de multa diária;

Stelara 45mg – aplicar uma amp SC a casa 12 semanas, conforme receita médica anexa.

A concessão de liminar **inaudita altera pars** pois o caso é de **EXTREMA URGÊNCIA** para o fornecimento dos medicamentos já mencionado por conta exclusiva dos Requeridos e com a imediata disponibilização pela Secretaria de Saúde Municipal em razão de sua necessidade, conforme prescrição médica, e garantia de que o fornecimento será mantido pelo menos até o julgamento do mérito, que discutirá a obrigatoriedade ou não do fornecimento pelo Município e demais entes públicos;

A citação dos Requeridos, através de um dos seus representantes legais para, querendo, contestarem a presente ação, sob pena de revelia e confissão;

Ad cautelam, caso entenda Vossa Excelência, como necessária a manifestação do Município de Itajaí anterior à concessão pleiteada de ANTECIPAÇÃO DA TUTELA, determine **o prazo máximo de 48 horas para que o Sr. Oficial de Justiça cumpra o mandado de citação deste Requerido;**

A intimação do Ilustre Representante do Ministério Público para participar de todos os atos processuais, na qualidade de fiscal da lei;

A produção de todos os meios de prova em Direito admitidos, depoimento pessoal do Requerente, dos representantes legal do Requerido e de testemunhas, juntada de novos documentos e perícia;

A condenação dos Requeridos no pagamento de custas e honorários advocatícios;

Outrossim, requer os benefícios da Gratuidade de Justiça, tendo em vista ser o autor pessoa hipossuficiente, sem condições de suportar as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, conforme faz prova pela declaração anexa.

Caso Vossa Excelência entenda pela produção de prova técnica – perícia médica judicial – observamos que o honorários pericial deve ser arcado pelas fazendas públicas, a teor da “**Súmula nº 232 do STJ de 01/12/1999 - DJ 07.12.1999 - Fazenda Pública - Parte no Processo - Depósito Prévio dos Honorários do Perito “A Fazenda Pública, quando parte no processo, fica sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários do perito.”**”

Requer-se que todas as publicações venham em nome de JULIO DONATO ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrito na OAB/SC sob o nº. 1.860, sob pena de nulidade.

Dá-se à causa o valor R\$ 14.147,50 (quatorze mil cento e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

Nestes Termos
Pede Deferimento.

Itajaí, 08 de dezembro de 2015

JULIO DONATO PEREIRA
OAB/SC 3819

ROSANE M. B. DE FRAGAS
OAB/SC 9643

JULIO DONATO ADVOGADOS ASSOCIADOS
OAB/SC 1.860

QUESITOS

- 01-** Qual a patologia que o autor está cometido?
- 02-** Qual o diagnostico desta doença?
- 03-** Qual a quantidade necessária diária deste medicamento?
- 04-** Qual o tempo de duração do tratamento de saúde?
- 05-** O autor possui dores? Se não tomar a medicação pode ter deformidades articulares irreversíveis?